



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado*

**RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA ESPECIAL  
Nº. 101041.01.99.05.143.1015**

Modalidade de Auditoria:

**Auditoria Orçamentária, Financeira e Patrimonial**

Categoria de Auditoria:

**Auditoria Especializada em Processos**

Objeto da Inspeção:

**Verbas Remuneratórias no Corpo de Bombeiros  
Militar do Estado do Ceará**

Órgão Auditado:

**Corpo de Bombeiros Militar - CBMCE**

Período de Exames:

**Janeiro de 2015 a julho de 2015**



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado*

**Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral**

José Flavio Barbosa Jucá de Araújo

**Secretário Adjunto da Controladoria e Ouvidoria Geral**

**Auditor de Controle Interno**

Antonio Marconi Lemos da Silva

**Secretário-Executivo**

**Auditor de Controle Interno**

Paulo Roberto de Carvalho Nunes

**Coordenador de Auditoria Interna**

**Auditor de Controle Interno**

George Dantas Nunes

**Articuladora**

**Auditora de Controle Interno**

Isabelle Pinto Camarão Menezes

**Audidores de Controle Interno**

Carlos Eduardo Guimarães Lopes

Kassy Modesto da Silva

**Missão Institucional**

Assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos, contribuindo para uma gestão ética e transparente e para a oferta dos serviços públicos com qualidade

## **RELATÓRIO DE AUDITORIA ESPECIAL Nº. 101041.01.99.05.143.1015**

### **I - INTRODUÇÃO**

1. O presente relatório apresenta resultado de atividade de auditoria na Folha de Pagamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, relativamente a verbas remuneratórias específicas, demandada pela necessidade de aprofundamento de inspeção realizada pela CGE na Folha de Pagamento do Estado, por meio da OSA Nº 117/2015, de 27/07/2015, cujo relatório preliminar apontou para a possibilidade de desconformidades em pagamentos desses dispêndios.

2. Os trabalhos foram realizados presencialmente, em conformidade com a Ordem de Serviço de Auditoria nº 129/2015, no período de 11/09/2015 a 30/09/2015, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis. A análise da manifestação do auditado e a correspondente elaboração do relatório de auditoria realizaram-se no período de 29/01/2016 a 03/02/2016, conforme Ordem de Serviço de Auditoria nº 42/2016.

3. As informações utilizadas para análise da presente inspeção foram geradas por meio do Sistema Folha-PROD e de informações solicitadas ao Corpo de Bombeiros Militar e do Relatório Preliminar de Inspeção na Folha de Pagamento Nº 460001.01.99.05.101.0815, bem como de dados e informações dos sistemas corporativos, sobretudo aqueles referentes à gestão de pessoas.

4. Os resultados da auditoria estão adstritos aos objetivos e limites estabelecidos no escopo do presente trabalho. A ocorrência de quaisquer fatos supervenientes a esse propósito, que venham a ser conhecidos pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE ou para os quais esta CGE seja demandada a se pronunciar, poderá ser objeto de exame posterior.

## II - RESULTADOS DOS TRABALHOS

### 1. INTRODUÇÃO

5. A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE) executou atividade de auditoria especial em verbas remuneratórias na Folha de Pagamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, como aprofundamento de inspeção realizada pela CGE na Folha de Pagamento do Estado, por meio da OSA Nº 117/2015, de 27/07/2015, cujo relatório preliminar apontou para a possibilidade de desconformidades em pagamentos dessa natureza.

6. A análise da manifestação do auditado e a correspondente elaboração do relatório de auditoria realizaram-se no período de 29/01/2016 a 03/02/2016, conforme Ordem de Serviço de Auditoria nº 42/2016.

#### 1.1. Valores de Pensões Alimentícias Pagas em Desconformidade com a Sentença Judicial

7. Constatou-se, em análise à folha de pagamento de julho de 2015, que os valores pagos referentes a pensões alimentícias do Quadro 01 estão divergentes das respectivas sentenças judiciais.

8. Registre-se que, para o cálculo do valor correto nos casos em que a decisão judicial determinou percentuais do salário mínimo, foi multiplicado o valor do salário mínimo vigente em 2015 (R\$788,00) pelo respectivo percentual determinado na sentença.

9. Vale ressaltar, que nos casos em que a sentença determinou um percentual sobre os salários mais vantagens, a base de cálculo utilizada foi o total dos rendimentos, descontados o auxílio alimentação (verba 278) e a verba de compensação por metas para redução da criminalidade (verba 2569), além dos valores do Fundo Especial PMC (verba 683) e do desconto da previdência (verba 820).

10. Acrescente-se, ainda, que a verba de compensação por metas para redução da criminalidade (verba 2569) foi excluída da base de cálculo da remuneração por força do art. 5º da Lei 15.558/2014, de 11/03/2014, que prevê: “A compensação pecuniária instituída por esta Lei não comporá a remuneração do agente da Segurança Pública, para nenhum efeito, inclusive tributário”.

**QUADRO 1 PENSÃO PAGA EM DESACORDO COM A SENTENÇA JUDICIAL**

Matrícula	Servidor	Valor Pago (R\$)	Valor Correto (R\$)	Sentença
1****1-7	A****O DE S***A J****R	R\$ 578,02	R\$ 591,00	75% do salário mínimo
0****1-X	E*****S DOS S****S L****S	R\$ 738,91	R\$ 788,00	1 salário mínimo
1****1-8	I**O M***N DE H****A V****A	R\$ 3.694,56	R\$ 3.940,00	5 salários mínimos
1****1-0	J**E C****S DE S***A M***A J****R	R\$ 207,01	R\$ 645,41	15% do salário e vantagens
0****1-X	J****U L**A B****S	R\$ 100,00	R\$ 735,77	50% do salário e vantagens
1****1-1	L**Z C*****O D**S DO N*****O	R\$ 591,14	R\$ 630,40	80% do salário mínimo
1****1-1	M****O J**N S****S DE S***A	R\$ 472,80	R\$ 630,40	80% do salário mínimo
0****1-1	S****O C****S P****E	R\$ 2.980,60	R\$ 1.880,98	40% do salário e vantagens
1****1-1	M****S A****O DA S***A	R\$ 2.375,92	R\$ 2.302,04	60% do salário e vantagens
1****1-6	F*****O J**É A****O B****A	R\$ 2.383,26	R\$ 3.713,68	70% do salário e vantagens
0****1-4	F*****O N****R L**O DE Q****Z	R\$ 5.400,00	R\$ 5.170,73	35% do salário e vantagens
0****1-2	D****O R****O C****S	R\$ 2.053,31	R\$ 2.509,31	60% do salário e vantagens
0****1-X	J****U L**A B****S	R\$ 100,00	R\$ 2.452,58	50% do salário e vantagens
0****1-7	R*****O N****O C****L DE S***A	R\$ 2.373,59	R\$ 2.534,95	60% do salário e vantagens
1****1-1	J**E V****A M**A	R\$ 311,56	R\$ 758,95	18% do salário e vantagens
0****1-8	S*****O A****S DA S***A	R\$ 147,78	R\$ 157,60	20% do salário e vantagens
1****1-7	J**O C***R C****O P***A	R\$ 770,70	R\$ 788,00	1 salário mínimo

11. Constatou-se, ainda, que o militar R\*\*\*\*\*o N\*\*\*\*o de S\*\*\*a, matrícula 1\*\*\*\*\*-5, conforme consta nas sentenças judiciais apresentadas à equipe de auditoria, deveria descontar 30% dos seus vencimentos e vantagens em favor de M\*\*\*a M\*\*\*\*\*a de S\*\*\*a e 35% em favor de A\*a M\*\*\*a M\*\*\*\*\*s R\*\*\*\*\*o, o que resultaria, com base na folha de julho/2015, nos valores de R\$1.538,74 e R\$1,795,20, respectivamente. Entretanto, foram descontados os montantes de R\$1.019,67 para a primeira beneficiária e R\$2.857,64 para a segunda beneficiária. Dessa forma o desconto total que deveria ter sido de R\$3.333,93 foi efetuado no valor de R\$3.877,31.

12. Constatou-se que o militar I\*\*\*\*r M\*\*o dos S\*\*\*\*s, matrícula 0\*\*\*\*\*-6, conforme consta nas sentenças judiciais apresentadas à equipe de auditoria, deveria descontar 50% dos seus vencimentos e vantagens em favor de N\*\*\*\*a A\*\*\*\*\*e dos S\*\*\*\*s e 13,64% em favor de M\*\*\*a C\*\*\*a A\*\*\*s P\*\*\*\*\*o, o que resultaria, com base na folha de julho/2015, nos valores de R\$1.921,97 e R\$525,95, respectivamente. Entretanto, foram descontados os montantes de R\$1.548,53 para a primeira beneficiária e R\$2.010,79 para a segunda beneficiária. Dessa forma o desconto total, que deveria ter sido de R\$2.447,92, foi efetuado no valor de R\$3.559,32.

13. Constatou-se que o militar J\*\*\*e de O\*\*\*\*\*a, matrícula 0\*\*\*\*\*-1, conforme consta nas sentenças judiciais apresentadas à equipe de auditoria, deveria descontar 35% dos seus vencimentos e vantagens em favor de I\*\*\*e P\*\*a de O\*\*\*\*\*a, 30% em favor de N\*\*\*\*a R\*\*\*\*\*o R\*\*\*\*\*o e 35% em favor de V\*\*\*a T\*\*\*\*\*o da S\*\*\*a, o que resultaria, com base na folha de julho/2015, nos valores de R\$1.586,42, 1.359,79 e R\$1.586,42, respectivamente. Entretanto, foram descontados os montantes de R\$1.176,02 para a primeira beneficiária, R\$330,34 para a segunda beneficiária e R\$988,25 para a terceira beneficiária. Dessa forma o desconto total que deveria ter sido de R\$4.532,63 foi efetuado no valor de R\$2.494,61

### **Manifestação do Auditado**

O auditado informou que realizou “*uma inspeção detalhada por parte da equipe da folha de pagamento do CBMCE, onde se identificou um equívoco no valor pago no quadro 1 e nos itens 11, 12, 13 e 14*”.

Acrescentou ainda que foram realizadas as correções nos valores tomando como base o mês de dezembro/2015.

Afirmou ainda que “*o núcleo gestor do CBMCE se compromete a realizar o acompanhamento sistemático e mensal dos devidos valores a serem descontados*”.

### **Análise da CGE**

Com relação aos policiais bombeiros constantes do Quadro 1, constatamos, em análise à folha de dezembro que foram corrigidas as desconformidades apresentadas.

Com relação ao militar R\*\*\*\*\*o N\*\*\*\*o de S\*\*\*a, matrícula 1\*\*\*\*\*-5, conforme consta nas sentenças judiciais apresentadas à equipe de auditoria, Anexos II e III, deveriam ser descontados 30% dos seus vencimentos e vantagens em favor de M\*\*\*a M\*\*\*\*\*a de S\*\*\*a e 35% em favor de A\*a M\*\*\*a M\*\*\*\*\*s R\*\*\*\*\*o, analisando a folha de dezembro/2015 (Anexo IV), observa-se que o militar recebeu de rendimentos o total de R\$7.263,76 e teve descontado os valores de R\$14,40 do Fundo Especial PMC (rubrica 683), Imposto de renda de R\$167,14 (rubrica 612) e previdência (rubrica 820) de R\$539,15.

Isto posto deveriam ser descontados os montantes de R\$2.013,63 para a primeira beneficiária e R\$2.290,07 para a segunda beneficiária. Dessa forma, o desconto total que deveria ter sido de R\$4.303,13, foi efetuado no valor de R\$2.773,97, tendo sido pago R\$940,33 para a primeira beneficiária e R\$1.833,64 para a segunda beneficiária, não tendo sido anexada nenhuma outra decisão judicial que subsidie o desconto diferente do determinado pela justiça nos Anexos II e III.

Com relação aos militares I\*\*\*\*r M\*\*o dos S\*\*\*\*s e J\*\*\*e de O\*\*\*\*\*a os descontos foram regularizados.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.001** – Corrigir os descontos de pensão do militar R\*\*\*\*\*o N\*\*\*\*o de S\*\*\*a.

## 1.2. Pagamentos de Diferença de Pensão Alimentícia

### 1.2.1 Diferença de Pensão Referente à Verba Não Sujeita a Desconto

14. Em análise à folha de julho/2015, constatou-se que foi descontado, como diferença de pensão alimentícia, o valor de R\$660,00 da folha do militar V\*\*\*\*\*e de P\*\*\*\*o da S\*\*\*a J\*\*\*\*r, matrícula 1\*\*\*\*\*-1, que corresponde a uma diferença referente a 30% do valor da verba Compensação por metas para redução da criminalidade, conforme manifestação do CBMCE, enviada em resposta à solicitação de informação anexada ao Ofício nº835/2015/CGE/Caint.

15. Em que pese essa manifestação, a verba de compensação por metas para redução da criminalidade (verba 2569) foi excluída da base de cálculo da remuneração por força do art. 5º da Lei 15.558/2014, de 11/03/2014, que prevê que “*A compensação pecuniária instituída por esta Lei não comporá a remuneração do agente da Segurança Pública, para nenhum efeito, inclusive tributário*”, não podendo, desta forma, existir diferença calculada sobre a mesma, já que essa verba, na forma da citada Lei, não compõe a remuneração do militar e nessa condição não estaria sujeita ao desconto de pensão sobre a mesma.

#### **Manifestação do Auditado**

O auditado informou que “*embora a legislação vigente determine que a verba de compensação por metas para redução da criminalidade não compõe a remuneração do agente da segurança pública, a folha de pagamento do CBMCE incluiu esse código de receita no valor da pensão paga pelo BM V\*\*\*\*\*e da P\*\*\*\*o S\*\*\*a J\*\*\*\*r, conforme determinação do Poder Judiciário do Estado do Ceará, através do Ofício nº179/2015, do Processo nº 09\*\*\*\*\*-\*\*.\*\*\*\*.\*.\*\*\*1, oriundo da 18ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza*”.

#### **Análise da CGE**

As justificativas e documentação apresentadas pelo CBMCE explicaram a desconformidade apontada no relatório preliminar de auditoria.

### 1.2.2 Diferença de Pensão Autorizada Verbalmente pelo Instituidor

16. A equipe de auditoria constatou que estão sendo descontados da folha de pagamento dos bombeiros militares, a título de Diferença de Pensão Alimentícia (código 193), valores que não estão respaldados na sentença judicial respectiva, acarretando possível diminuição do imposto de renda retido na fonte dos instituidores das pensões, valor que corresponde a uma receita do Estado, conforme dispõe o art. 157, inciso I, da Constituição Federal.

17. Registre-se que, segundo manifestação da Célula de Gestão e Formação de Pessoas – CGFP do Corpo de Bombeiros, exarada por meio do Ofício Nº 291/2015, o Quadro 2, referente à folha de pagamento de julho de 2015, apresenta a relação de bombeiros que tiveram descontados valores a título de diferença de pensão alimentícia, os quais se deram em função de simples manifestação verbal de vontade dos referidos militares, situação que não encontra amparo legal, uma vez que a legislação só prevê o desconto estabelecido em decisão judicial.

18. Isto posto, a equipe de auditoria emitiu a Folha de Ocorrência Nº 01/2015, recomendando ao Corpo de Bombeiros Militar que suspendesse o desconto irregular em folha de pagamento referente à verba Diferença de Pensão Alimentícia (código 193), relativamente aos servidores relacionados no Quadro 2, bem como que verificasse a existência de outros casos de pagamento da verba Diferença de Pensão Alimentícia (código 193), que não estivessem rigorosamente de acordo com a determinação da sentença judicial, procedendo à imediata suspensão desses pagamentos, casos fossem identificados. .

## QUADRO 2 -DIFERENÇAS DE PENSÃO ALIMENTÍCIA AUTORIZADAS VERBALMENTE PELO INSTITUIDOR

MATRÍCULA	NOME
0****1-4	F*****o N*****r L**o de Q*****z
1****1-5	R*****o N****o de S***a
0****1-1	R*****o L**a S*****a
0****1-2	D****o R*****o C****s
0****1-9	S****o C****s P*****e
1****1-1	M****s A*****o da S***a
1****1-5	M****o L**a P****a
1****1-9	M****s V*****s F*****a P***s
1****1-4	R*****o M*****s B*****o
1****1-6	F*****o J*é A****o B*****a
1****1-9	M***o H****r S***a de L**a
1****1-X	G***** V*****o de L**a
1****1-4	S****o P***** N***s

### Manifestação do Auditado

O auditado alegou que “na legislação estadual referente aos vencimentos do servidor público, existe como desconto facultativo a pensão voluntária, conforme descrito no item IV do art. 5º, do Decreto 29.760, de 21 de maio de 2009”.

Acrescentou ainda que “destaca-se neste contexto que o sistema SIGERH não oferece a opção de lançar tal benefício como algo a parte para não incidir o Imposto de Renda, conseqüentemente a equipe da folha de pagamento do CBMCE até a data desta importante auditoria o lançava juntamente com a pensão de alimentos por determinação da justiça. Agora, após esta valiosa recomendação, tal desconto foi sustado, conforme documentos da folha de pagamento do CBMCE, e só será novamente implantado caso o sistema da folha o permita de forma isolada”.

### Análise da CGE

As justificativas apresentadas pelo CBMCE são improcedentes tendo em vista que o Decreto 29.760, de 21 de maio de 2009, foi expressamente revogado pelo Art. 30 do Decreto 30.295, de 19 de agosto de 2010, não havendo, portanto, embasamento legal que permitisse desconto facultativo da pensão voluntária.

Além disso, não procede a justificativa de que, por não existir opção para lançamento desse desconto isoladamente, era utilizado o lançamento como Diferença de Pensão Alimentícia (rubrica 193), já que por esta opção acarreta possível diminuição do imposto de renda retido na fonte dos instituidores das pensões, valor que corresponde a uma receita do Estado, conforme dispõe o art. 157, inciso I, da Constituição Federal.

Desta forma, em face da gravidade da situação, com caracterização de possível prejuízo à arrecadação estadual, deve o Corpo de Bombeiros Militar efetuar a apuração de responsabilidade pela adoção desta prática que não possui respaldo legal, apurando os valores que deixaram de ser recolhidos a título de Imposto de Renda Retido na Fonte.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.002** – Apurar responsabilidades pela prática de desconto facultativo de diferenças de pensão com pedido verbal pelo instituidor, a título de Diferença de Pensão Alimentícia (rubrica 193).

### **1.2.3 Diferenças de Pensão Alimentícia referentes a Horas-aula**

19. Constatou-se o desconto da verba Diferença de Pensão Alimentícia (código 193), relacionadas no Quadro 3, sem respaldo em sentenças judiciais.

20. Instada a se pronunciar, a Célula de Gestão e Formação de Pessoas do Corpo de Bombeiros, manifestou-se por meio do Ofício Nº 291/2015, informando que se tratavam de diferenças referentes a horas-aula não repassadas às pensionistas.

21. Ocorre que essas diferenças, conforme se observa no Quadro 3, produzido com base em levantamento efetuado no Sistema FOLHA-PROD, vinham sendo pagas, em alguns casos, desde 2005, sempre no mesmo valor, ressaltando-se que a gratificação de ensino militar tem valores atualizados todos os anos pelo mesmo índice do reajuste dos servidores, conforme disposto no parágrafo 2º do artigo 9º da Lei Nº 15.191/2012, o que demonstra que as justificativas apresentadas pela Célula de Gestão e Formação de Pessoas do Corpo de Bombeiros não apresentam consistência, devendo ser susgado este procedimento, conforme disposto na recomendação 2 da Folha de Ocorrência Nº 01/2015.

**QUADRO 3 DIFERENÇAS DE PENSÃO REFERENTES A HORAS-AULAS**

Matrícula	Nome	Valor	Período	JUSTIFICATIVA
0****1-5	A****M DE A****R****O	R\$ 150,00	Jan/2013 a Jul/2015	Dif. Pensão 25% do valor das horas-aula
0****1-5	A****N C****R S****M****S	R\$ 72,00	Jan/2008 a Jul/2015	Dif. Pensão 30% do valor das horas-aula
0****1-X	L*Z T****A A*****E N**O	R\$ 109,00	Ago/2008 a Jul/2015	Dif. Pensão 30% do valor das horas-aula
0****1-2	J**E C****O B****O DE S**A	R\$ 50,00	Fev/2008 a Jul/2015	Dif. Pensão 15% do valor das horas-aula
1****1-6	V*****R P****A DE L**A	R\$ 96,12	Nov/2010 a Jul/2015	Dif. Pensão 30% do valor das horas-aula
1****1-X	F*****O S****O S****S F*****S	R\$ 84,00	Jul/2005 a Jul/2015	Dif. Pensão 21% do valor das horas-aula
1****1-3	A****O W****R P****O A****O	R\$ 25,62	Nov/2007 a Jul/2015	Dif. Pensão 20% do valor das horas-aula
1****1-2	F*****O E****O M****O	R\$ 340,00	Jan/2013 a Jul/2015	Dif. Pensão 30% do valor das horas-aula
1****1-X	R****O B****O M****L	R\$ 27,04	Fev/2008 a Jul/2015	Dif. Pensão 13% do valor das horas-aula
1****1-2	A****O F*****O B**Z F*****O	R\$ 185,82	Jan/2014 a Jul/2015	Dif. Pensão 01% do valor das horas-aula
1****1-4	A****O J**E S**A B****S	R\$ 128,16	Jul/2010 a Jul/2015	Dif. Pensão 30% do valor das horas-aula
1****1-7	E****D S****Y A****E DA S****A	R\$ 170,00	Set/2014 a Jul/2015	Dif. Pensão 19,6% do valor das horas-aula
1****1-4	V****I DE O****A D**S	R\$ 46,28	Mai/2010 a Jul/2015	Dif. Pensão 0135% do valor das horas-aula
1****1-1	M****O S**A L****S	R\$ 72,00	Mai/2007 a Jul/2015	Dif. Pensão 30% do valor das horas-aula
2****1-0	H*****S****S DE O*****A	R\$ 357,04	Dez/2014 a Jul/2015	Dif. Pensão 25% do valor das horas-aula
2****1-2	E*****U G****S DE S**A N**O	R\$ 96,00	Dez/2012 a Jul/2015	Dif. Pensão 15% do valor das horas-aula
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 2.009,08</b>		

### **Manifestação do Auditado**

O auditado alegou que “no início do pagamento das citadas diferenças de pensão referentes as horas-aulas, havia a interpretação de que tais horas-aulas por não serem contínuas, ou seja, podendo o militar recebê-las ou não, logo não poderiam fazer parte dos vencimentos do mesmo”.

Acrescentou, ainda, que “no que diz respeito as referidas pensionistas, as mesmas se sentiam prejudicadas e vinham a folha para regularizar a inclusão da gratificação como parte integrante do vencimento do militar. Consequentemente era utilizado o código de diferença de pensão alimentícia 193 para tal ato administrativo”.

Finalmente esclareceu que “os bombeiros citados no quadro 3 tiveram esse valor definido e após a inclusão na folha de pagamento, os mesmos não foram atualizados, ficando o valor no mesmo quantitativo, mas após a referida auditoria desta CGE, os valores foram devidamente atualizados pela folha de pagamento e incluídos diretamente nos vencimentos das pensionistas”.

### **Análise da CGE**

As justificativas apresentadas pelo CBMCE demonstram que anteriormente não eram obedecidas as sentenças judiciais, pois não eram incluídos os valores recebidos na verba Gratificação de Ensino – Militar (rubrica 211) como vencimento dos militares.

Além disso, afirma o auditado que apenas quando as pensionistas compareciam ao setor de folha de pagamento é que havia a inclusão da gratificação de ensino como parte integrante do vencimento do militar, demonstrando que apenas nesses casos ocorria o pagamento, apesar de ser devida a todas as pensionistas cujo militar correspondente recebia aquela verba.

Verifica-se, ainda, pela manifestação do auditado, que foi definido um valor e que não era levado em conta os valores efetivamente recebidos pelos militares na verba 211.

Nada obstante as constatações desta auditoria, verificou-se, em análise das folhas de dezembro/2015 e janeiro/2016, que esta prática irregular não vem mais acontecendo.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.003** – Abster-se de lançar a título de Diferença de Pensão Alimentícia (rubrica 193) verbas que deveriam ser lançadas como Pensão Alimentícia (rubrica 617).

#### **1.2.4 Diferença de Pensão Alimentícia por Reclamação da Pensionista**

22. Constatou-se que o militar F\*\*\*\*\*o R\*\*\*\*\*s P\*\*\*\*\*o, matrícula 0\*\*\*\*\*1-1, vem tendo descontado desde fevereiro de 2006 o valor de R\$123,35 como Diferença de Pensão Alimentícia (código 193), sem respaldo na sentença judicial.

23. Instada a se pronunciar, a Célula de Gestão e Formação de Pessoas do Corpo de Bombeiros - CGFP manifestou-se por meio do Ofício Nº 291/2015, informando que não havia encontrado a sentença correspondente. Informou, entretanto, que os descontos nas verbas Gratificação de Ensino (rubrica 211) e Compensação por Metas para Redução da criminalidade (rubrica 2659) se referiam à solicitação da própria pensionista.

24. Registre-se que desde 02/07/2012 o referido militar está com o status de Aposentadoria (Código W), não fazendo jus, desde aquela ocasião, às verbas apresentadas na resposta da CGFP, já que a Lei Nº 15.191, de 19 de julho de 2012 (posterior à aposentadoria do militar), estabelece o pagamento de gratificação de ensino a militares que efetivamente ministrarem aulas e o parágrafo 3º do art. 1º do Decreto Nº 31.448, de 24 de março de 2014, determina que o pagamento da Compensação por metas para redução da criminalidade será realizado para os ocupantes de cargo militar da ativa, de forma que as justificativas apresentadas pela Célula de Gestão e Formação de Pessoas do Corpo de Bombeiros - CGFP não apresentam consistência, devendo ser susgado o desconto, conforme disposto na recomendação 2 da Folha de Ocorrência Nº 01/2015:

##### **Manifestação do Auditado**

O auditado alegou que *“o extrato de pagamento da Sra. N\*\*\*e A\*\*\*\*o P\*\*\*\*\*o, da competência de julho de 2015, mês de referência para esta auditoria especial, apresenta a diferença de pensão exclusivamente no código 193”*.

Acrescentou ainda que não foi “identificado nenhuma outra espécie a ela implantada, diferentemente do expresso no Ofício nº 291/2015”.

Esclareceu, também, que *“o início desse acréscimo foi decorrente da não inclusão dos valores das horas-aula, à época, do total da pensão alimentícia, conforme dito no tópico 1.2.3., entretanto a forma organizacional encontrada para colocá-la foi o código 193”*.

Finalmente, esclareceu que *“o citado servidor parou de receber tais proventos em novembro de 2013, vide o tópico 1.3.8., entretanto não houve o devido corte no benefício da pensionista, fato já devidamente corrigido, como se vê no extrato da pensionista em setembro de 2015”*.

##### **Análise da CGE**

As justificativas apresentadas pelo CBMCE, inicialmente, demonstram que a manifestação do órgão expressa para a equipe de auditoria por meio do Ofício nº 291/2015 foi inconsistente, uma vez que reportava que as diferenças se referiam a descontos nas verbas Gratificação de Ensino (rubrica 211) e Compensação por Metas para Redução da criminalidade (rubrica 2659). Em um segundo momento, por ocasião da manifestação ao relatório preliminar de auditoria, a Gestão afirma que apenas se referiam a diferenças na verba Gratificação de Ensino (rubrica 211).

Além disso, afirma o auditado que o problema de utilização da Diferença de Pensão Alimentícia (rubrica 193) é idêntico ao que foi relatado no item anterior deste relatório.

Nada obstante as constatações desta auditoria, verificou-se, em análise das folhas de setembro/2015 a janeiro/2016, que esta prática irregular não vem mais acontecendo.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.004** – Abster-se de lançar a título de Diferença de Pensão Alimentícia (código 193) verbas que deveriam ser lançadas como Pensão Alimentícia (código

617).

## 1.2.5 Sentenças de Pensão Alimentícia não Localizadas

25. Não foram apresentadas à equipe de auditoria as sentenças referentes aos pagamentos de pensão alimentícia dos militares instituidores relacionados no Quadro 4, documentos esses que, obrigatoriamente, devem estar arquivados nas pastas funcionais dos instituidores, uma vez que se tratam de assentamentos que dão suporte aos descontos na folha de pagamento dos militares.

**QUADRO 4 – SENTENÇAS NÃO LOCALIZADAS**

MATRÍCULA	NOME
1****1-3	A****o W****r P*****o A****o
0****1-X	E****s A****s C*****e
0****1-3	F*****o C****s M*****a
0****1-1	F*****o C****o F*****s P***a
0****1-8	F*****o M****r C*****e
0****1-7	F*****o R****o de M**o
1****1-7	F****o B*****a dos S****s
0****1-5	F*****o C*****o de S***a
1****1-2	J**e G***a A*****a P*****a
0****1-6	J**e B*****a L**a
0****1-2	J**e E*****o S*****a da S***a
0****1-4	J**e L****o de S***a
0****1-5	J**e e O****o P***o
0****1-2	J**e S***o M****l dos S****s
1****1-1	M****s A****o S***a B**z
1****1-2	O*****o F*****a L**a
0****4-3	P*****a M****s de A***u
0****1-3	P***o R****o F*****a S***a
0****1-X	R*****o B*****a de B***o
0****2-5	R***e M*****o R*****s
0****1-5	S*****o A****o da S***a
0****1-2	G*****o R****o N***s

26. Registre-se, ainda, que nos casos a seguir o militar possuía mais de uma pensionista e apenas em apenas um dos casos não foi apresentada a respectiva sentença judicial:

- Não foi apresentada à equipe de auditoria a sentença judicial da pensão paga à sra. F\*\*\*\*\*a das C\*\*\*\*s da S\*\*\*a, pelo militar J\*\*é M\*\*\*\*\*s M\*\*\*\*\*a, matrícula 0\*\*\*\*1-X.
- Não foi apresentada pelo Corpo de Bombeiros a sentença judicial da pensão paga à Sra. A\*a P\*\*\*a M\*\*z F\*\*\*\*s, pelo militar P\*\*\*o E\*\*\*\*\*o de S\*\*\*a, matrícula 0\*\*\*\*1-9.

### **Manifestação do Auditado**

O auditado informou que o CBMCE encaminhou ofício ao Fórum Clovis Beviláqua “solicitando as 2ª vias das respectivas sentenças, mas ao final ocorreu um equívoco de entendimento, pois a resposta oriunda do Fórum Clovis Beviláqua apenas relatou o que estava ocorrendo com cada processo”.

Acrescentou, ainda, que não obstante a esse problema, refaria a comunicação para corrigir tal fato e se comprometeria a encaminhá-las a esta Controladoria tão logo fosse solucionado esse "ruído de comunicação".

Finalmente, informou que em relação à sentença judicial da pensão paga à sra. A\*a P\*\*\*a M\*\*z F\*\*\*\*s, pelo militar P\*\*\*o E\*\*\*\*\*o de S\*\*\*a, estava anexando a sentença judicial na sua manifestação.

### **Análise da CGE**

À exceção da sentença judicial da pensão da sra. . A\*a P\*\*\*a M\*\*z F\*\*\*\*s, paga pelo militar P\*\*\*o

E\*\*\*\*\*o de S\*\*\*a os demais casos apontados no relatório de auditoria continuam pendentes de solução.

Ante todo o exposto, o CBMCE deve adotar medidas para garantir que os descontos de pensão só sejam lançados quando houver documentação que os ampare, na forma da legislação, bem como que esses sejam anexados às pastas funcionais dos servidores militares.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.005** – Adotar medidas para comprovar que as pensões apontadas no Quadro 4 são devidas, procedendo à inclusão dessa comprovação na pasta funcional dos servidores.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.006** – Abster-se de lançar descontos de pensão alimentícia sem decisão judicial que a suporte.

## 1.2.6 Pagamento de Pensões Alimentícias sem Amparo de Sentença Judicial

27. Constatou-se o pagamento de pensão alimentícia com base em documentação que não corresponde a uma sentença do Poder Judiciário, tendo sido encontrados, conforme disposto no Quadro 5, os seguintes documentos para subsidiar os pagamentos: Escritura Pública de Divórcio, Termo de Acordo do Serviço Especial de Defesa Comunitária e Autorização (com firma reconhecida).

### QUADRO 5 – PENSÕES ALIMENTÍCIAS PAGAS SEM AMPARO DE SENTENÇA JUDICIAL

MATRÍCULA	NOME	DOCUMENTO APRESENTADO
0*****1-6	O*****n P*****a da S***a	Escritura Pública de Divórcio (Em favor de M***a R***a dos S*****s S***a)
0*****1-3	M****o L**o de Q*****z	Autorização (com firma reconhecida)
1*****1-0	F*****o F*****s N**o	Termo de Acordo do Serviço Especial de Defesa Comunitária
0*****1-5	H***o R*****o G****I J****r	Termo de Acordo do Serviço Especial de Defesa Comunitária
0*****1-5	L**z A*****o B*****o B****s	Escritura Pública de Divórcio
0*****1-6	A*****o L*****o S***a A****r	Escritura Pública de Divórcio

#### Manifestação do Auditado

O auditado comprovou que as pensões dos Bombeiros Militar O\*\*\*\*\*n P\*\*\*\*\*a da S\*\*\*a, L\*\*z A\*\*\*\*\*o B\*\*\*\*\*o B\*\*\*\*s e A\*\*\*\*\*o L\*\*\*\*\*o S\*\*\*a A\*\*\*\*r estão respaldadas na Lei 11.441/2007, a qual alterou dispositivos da Lei nº 5.869/73, que permitem separação consensual e divórcio consensual através de cartórios.

*Acrescentou ainda que com relação às pensões dos Bombeiros Militares M\*\*\*\*o L\*\*o de Q\*\*\*\*\*z, F\*\*\*\*\*o F\*\*\*\*\*s N\*\*o e H\*\*\*o R\*\*\*\*\*o G\*\*\*\*I J\*\*\*\*r “não há amparo legal para manutenção destes benefícios, logo a CGFP comunicará aos militares abaixo que terão prazo de 90 (noventa dias) para regularizar a situação por via judicial ou extra judicial, conforme a Lei 11.441/2007”.*

Finalmente, “a gestão do CBMCE se compromete em realizar um levantamento minucioso de todas as pensões”.

#### Análise da CGE

Em relação às pensões dos Bombeiros Militar O\*\*\*\*\*n P\*\*\*\*\*a da S\*\*\*a, L\*\*z A\*\*\*\*\*o B\*\*\*\*\*o B\*\*\*\*s e A\*\*\*\*\*o L\*\*\*\*\*o S\*\*\*a A\*\*\*\*r, o CBMCE comprovou sua regularidade por estarem respaldadas na Lei 11.441/2007, a qual alterou dispositivos da Lei nº 5.869/73.

Outrossim, com relação às pensões dos Bombeiros Militares M\*\*\*\*o L\*\*o de Q\*\*\*\*\*z, F\*\*\*\*\*o F\*\*\*\*\*s N\*\*o e H\*\*\*o R\*\*\*\*\*o G\*\*\*\*I J\*\*\*\*r, o CBMCE confirmou que as pensões carecem de amparo legal, tendo concedido prazo de 90 dias para regularização.

Em análise às folhas de janeiro a abril de 2016, constatou-se que apesar de não haver amparo legal as pensões continuam sendo descontadas dos vencimentos dos referidos bombeiros

militares, quando já deveriam ter sido sustadas e, se for o caso, reimplantadas quando da apresentação de documento legal competente, quer por via judicial ou extra judicial, na forma disposta na Lei 11.441/2007, a qual alterou dispositivos da Lei nº 5.869/73.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.007** – Suspender o pagamento das pensões alimentícias que não possuem amparo legal.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.008** – Abster-se de implantar desconto de pensões alimentícias lastreadas em documentos que não estejam previstos na Lei nº 5.869/73, e suas alterações.

## **1.2.7 Documentação Apresentada com Falhas Formais**

28. Constatou-se a existência de pensões pagas com base em documentação que apresenta problemas formais, fragilizando os assentamentos funcionais dos militares.

29. Com referência às pensões alimentícias pagas pelos militares J\*\*o G\*\*\*\*\*n A\*\*\*\*o, matrícula 1\*\*\*\*\*1-8, e J\*\*é M\*\*\*a da C\*\*\*a, matrícula, 0\*\*\*\*\*1-3, o único documento apresentado à equipe de auditoria é um fax de uma sentença judicial, rotina que demonstra fragilidade, tendo em vista que a visualização do documento fica prejudicada com o decurso do tempo, além de impossibilitar as verificações da veracidade e da validade do mesmo.

30. No que tange à pensão paga pelo militar A\*\*\*\*o H\*\*\*\*\*s dos S\*\*\*\*s, matrícula 0\*\*\*\*\*1-7, o único documento apresentado à auditoria compõe-se de partes da decisão judicial, o que torna frágil o documento, tendo em vista que a verificação de sua veracidade e validade restam prejudicadas.

### **Manifestação do Auditado**

O auditado informou que *“conforme explicado no item 1.2.5., o CBMCE se compromete também a encaminhar estas pensões juntamente com as já citadas”*.

### **Análise da CGE**

O auditado confirmou a desconformidade apontada na auditoria e informou que os casos apontados no relatório de auditoria continuam pendentes de solução.

Dessa forma o CBMCE deve adotar medidas para conseguir cópias das sentenças judiciais de pensão alimentícia que não se encontram nas pastas dos militares, sendo desnecessário seu envio posterior a esta CGE.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.009** – Adotar medidas para manter cópias das sentenças judiciais apontadas neste relatório de auditoria nos assentamentos funcionais dos bombeiros militares.

## **1.3. Pagamento Indevido da Gratificação de Ensino Militar**

### **1.3.1 Metodologia dos Pagamentos da Gratificação de Ensino Militar**

31. A Gratificação de Ensino - Militar (código 211) é paga aos bombeiros militares conforme disposto na Lei Nº 15.191, de 19 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial de 30 de julho de 2012. A referida Lei, em seu artigo 16, estabelece que *“As instruções de manutenção das corporações militares do Estado do Ceará, bem como as instruções ministradas por militares estaduais nos colégios militares e os programas e projetos de responsabilidade social continuarão a ser realizados em suas respectivas corporações, que serão responsáveis pelo planejamento, execução e pagamento, garantidos em todos os casos os valores constantes no art. 9º desta lei, podendo ser realizados também pelas demais vinculadas”*.

32. O referido art. 9º estabelece que os valores de horas-aula serão os estabelecidos no anexo único daquele dispositivo legal, acrescentando, ainda, que esses valores serão revistos na mesma data e no mesmo índice da revisão geral dos servidores públicos do Poder Executivo Estadual.
33. Atualmente esses valores são de R\$23,75 a hora-aula para quem possui o nível médio, R\$47,50 para quem possui a graduação, R\$59,38 para quem possui o título de especialista, R\$83,15 para quem possui o título de mestre e R\$106,90 para quem possui o título de doutor.
34. Por sua vez, a Portaria Nº178/2012 – CGFP, de 25 de setembro de 2012, regulamentou o limite de horas-aula a serem recebidos pelos militares, estabelecido em 40 horas-aula mensais pelo art. 10º da Lei Nº 15.191/2012, disciplinando que esse limite seria de 32 horas-mensais para os casos de projetos sociais, excetuando as situações em que esses militares ministrem instruções de manutenção da tropa ou instruções no Colégio Militar do Corpo de Bombeiros.
35. Os militares designados para instrução no Colégio Militar do Corpo de Bombeiros e nos projetos sociais somente são realizadas após prévia nomeação dos militares em Portaria do Comandante Geral, devidamente publicada no Boletim Interno do CBMCE.
36. No caso dos projetos sociais, o Centro de Treinamento e Desenvolvimento Humano –CTDH é o responsável por informar mensalmente à Célula de Gestão e Formação de Pessoas –CGFP a quantidade de horas-aula ministradas por cada instrutor, bem como as faltas e os afastamentos dos militares nomeados. Essa atribuição compete aos Comandantes de Unidade, para os casos das instruções de manutenção, e ao Comandante do Colégio Militar do Corpo de Bombeiros, no caso de instruções ministradas naquele colégio.
37. No caso das instruções de manutenção das tropas, os Comandantes de Unidade encaminham à Célula de Gestão e Formação de Pessoas – CGFP os Quadros de Trabalho Semanal – QTS, devidamente atestados e com a consolidação das horas-aula, acompanhados de listas de frequência dos militares que passaram pela instrução.
38. Nos casos das instruções ministradas no Colégio Militar do Corpo de Bombeiros, com base nos diários de classe, o Comandante do Colégio Militar encaminha o mapa de horas contendo a carga horária das aulas ministradas por instrutor, monitor ou coordenador.
39. Nos casos dos projetos sociais, verificou-se que mensalmente cada instrutor assina o Quadro de Trabalho Semanal - QTS onde constam os dias, horários e locais onde foram ministradas as aulas, sendo essas atestadas por seu respectivo coordenador de núcleo (são 520 núcleos no total), que depois de seu atesto as encaminha ao Centro de Treinamento e Desenvolvimento Humano – CTDH, que compila as informações e as envia para a Célula de Gestão e Formação de Pessoas – CGFP.
40. Registre-se que no caso dos projetos sociais, ao contrário dos outros dois casos, não são preenchidas folhas de presença dos alunos, aferindo-se as horas-aula apenas pelo QTS assinado pelo próprio instrutor e seu coordenador de núcleo. Seria importante a existência de folhas de presenças dos treinandos nos núcleos, que seriam úteis, além da comprovação das aulas efetivamente ministradas, para permitir avaliações quanto à efetividade do alcance do programa e do público-alvo atingido, de forma a permitir a tomada de decisão quanto à sua gestão.
41. Acrescente-se, ainda, que o Centro de Treinamento e Desenvolvimento Humano – CTDH manipula um grande volume de papel para inserir os dados de cada núcleo, o que aumenta o risco de erros. Esta auditoria entende que o CTDH poderia receber esses dados por meio de planilhas eletrônicas, mitigando os riscos de erros pelo volume de papéis manipulados para gerar as informações de pagamento.
42. Com base nesses dados, a Célula de Gestão e Formação de Pessoas – CGFP efetua nova conciliação dos dados do Colégio Militar do Corpo de Bombeiros, das instruções de manutenção das tropas e dos projetos sociais, unificando em uma única planilha que é encaminhada para o

responsável por inserir os dados no sistema de folha.

### **Manifestação do Auditado**

O auditado informou que “foram realizadas vistorias in loco, para constatar a efetividade das ações junto a sociedade, e em 2016, com o apoio da visão desta CGE, será implantada através da Portaria nº 03/2016-GAB. CMDO., publicada no Boletim do Comando Geral nº 010, de 15 de janeiro de 2016 (folhas 137 a 141), uma reorganização do processo como um todo”.

Acrescentou ainda que “nesta portaria constam prazos definidos, modelos de relatório diários de atividade, bem como relatórios de frequência diária, formação mais esclarecida de todos os projetos sociais, entre outros”.

Finalmente, assumiu o compromisso de “ainda ao logo deste ano, realizar uma melhoria no aspecto de Tecnologia da Informação – TI, para melhorar o controle interno da Instituição”.

### **Análise da CGE**

A implantação do registro diário de frequência nos projetos sociais, na forma disposta no Anexo II da Portaria nº 03/2016-GAB. CMDO., publicada no Boletim do Comando Geral nº 010, de 15 de janeiro de 2016, além da comprovação das aulas efetivamente ministradas, permitirá avaliações quanto à efetividade do alcance do programa e do público-alvo atingido, de forma a permitir a tomada de decisão quanto à sua gestão.

Além disso, o CBMCE se comprometeu a realizar melhorias no aspecto de Tecnologia da Informação – TI, o que poderá mitigar os riscos na compilação das aulas ministradas.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.010** – Adotar medidas para implantar melhorias nas soluções de Tecnologia da Informação – TI, relativamente aos pagamentos de Gratificação de Ensino - Militar, mitigando os riscos na compilação das aulas ministradas.

## **1.3.2 Divergências entre os Dados da CGFP e o Sistema FOLHA-PROD**

43. Foram encontradas divergências entre as informações fornecidas pela Célula de Gestão e Formação de Pessoas – CGFP e as informações contidas no sistema Folha-PROD, referentes à verba Gratificação de Ensino - Militar (código 211), tendo sido verificados valores pagos a maior; pagos a menor; e valores pagos que não constavam das informações da CGFP, conforme Quadro 6.

### **44. QUADRO 6 – DIVERGÊNCIAS DE DADOS ENTRE A CGFP E O FOLHA-PROD**

<b>Matrícula</b>	<b>Nome</b>	<b>Valor Folha Prod</b>	<b>Planilha CGFP</b>
1****1-X	A*****O****r F*****a da S***a	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00
1****1-0	A*****O R*****o C****s dos S****s	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00
1****1-8	C****s A*****o M****s de A****r	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00
1****1-8	C****n J**e R*****s	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00
1****1-8	E****o da C***a A****o	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00
1****1-1	F*****o C****s de S***s J****r	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00
1****1-X	F*****o G****n da S***a	R\$ 1.900,00	R\$ 760,00
0****1-9	F*****o J**e de F****a	R\$ 1.760,00	R\$ 760,00
2****1-4	F*****o T****s da S***a J****r	R\$ 3.800,19	R\$ 1.900,16
3****1-1	F*****o V****a L**a	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00
0****1-4	I*****o R*****s da C***a	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00
1****1-7	J**o A*****o R***a F***o	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00
1****1-5	J**o E*****o P***s da R***a	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00
0****1-X	J**e A*****o F*****a J****r	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00
1****1-X	J**e B*****o M**o da C**z F***o	R\$ 2.800,00	R\$ 760,00
3****1-8	J**e E****o A***s da S***a	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00
0****1-0	J**e F****o C*****a P*****a	R\$ 1.520,00	R\$ 617,50
1****1-2	J**e I**n B*****o P*****o	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00

0****1-4	J**e J****s L**o A****e	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00
1****1-9	J**e S****o B****a	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00
1****1-2	M****o B****a da S***a	R\$ 2.800,00	R\$ 760,00
0****1-6	M****s A****o do N*****o L**a	R\$ 2.800,00	R\$ 760,00
1****1-2	M****o S*****o G****s	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00
0****1-8	P***o R****o da S***a	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00
1****1-7	R*****o N****o A*****e M****s	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00
1****1-0	R*****o G*****s L**a	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00
0****1-1	R*****o L**a S*****a	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00
1****1-0	R*****o R*****s de O*****a	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00
1****1-4	S****o P*****I N****s	R\$ 2.800,00	R\$ 760,00
3****1-9	V*****o A***s L**s	R\$ 1.520,00	R\$ 760,00
1****1-6	V*****r P****a de L**a	R\$ 2.800,00	R\$ 760,00
0****1-9	I*****o M****s da R***a	R\$ 2.800,00	R\$ 760,00
1****1-6	E****o X****r C*****m	R\$ 2.100,00	R\$ 1.520,00
0****1-3	G****e P****a da S***a	R\$ 2.500,00	R\$ 3.040,00
2****1-1	D****I F*****a L**a	R\$ 760,00	R\$ 1.900,16
1****1-5	F*****o B****a N****s	R\$ 760,00	R\$ 1.520,00
1****1-X	F*****o M**a M***e	R\$ 7,22	R\$ 760,00
0****1-8	J**e B****a M**a	R\$ 760,00	R\$ 1.520,00
3****1-6	R*****o C*****o C**a	R\$ 760,00	R\$ 1.520,00
1****1-8	R*****o M****s de A*****a	R\$ 760,00	R\$ 1.520,00
1****1-0	V*****e M****s	R\$ 7,22	R\$ 760,00
2****1-0	A**x G*****s C***a F****o	R\$ 7,22	Não Encontrado
1****1-6	F*****o C****s de P***a N*****o	R\$ 7,22	Não Encontrado
1****1-1	F*****o de A***s N*****a J****r	R\$ 1.520,00	Não Encontrado
1****1-2	M****o F*****a da C***a	R\$ 7,22	Não Encontrado
1****1-9	M****s V*****o F*****a P****s	R\$ 1.520,00	Não Encontrado
3****1-1	N****n L**a U***a	R\$ 1.900,00	Não Encontrado

### **Manifestação do Auditado**

O auditado informou que “o número elevado de nomes a serem digitados propiciou em alguns casos equívocos, ora com um quantitativo a pagar a menor, ora a maior. Observadas tais circunstâncias foram providenciadas duas ações: estorno ao erário público do que foi pago a maior e o devido provisionamento do que foi pago a menor para o mês de fevereiro”.

Acrescentou ainda que “cada situação dos BMs constantes do quadro 6 do referido relatório encontra-se devidamente explicada em documento da folha de pagamento”.

### **Análise da CGE**

Em análise aos documentos apresentados e à folha de pagamento de janeiro de 2016, constatou-se, inicialmente, que o CBMCE comprovou que os pagamentos dos bombeiros F\*\*\*\*\*o G\*\*\*\*n da S\*\*\*a e R\*\*\*\*\*o R\*\*\*\*\*s de O\*\*\*\*\*a estavam corretos.

Com relação ao bombeiro J\*\*e E\*\*\*\*o A\*\*\*s da S\*\*\*a, constatou-se que não ocorreu qualquer devolução ao erário do valor pago a maior e que sua folha se encontra sem movimentação desde novembro de 2015, já que fazia parte dos bombeiros militares revestidos, Agrupamento 756 da folha de pagamentos.

Com relação aos demais casos de pagamentos a maior da gratificação, constatou-se na folha de janeiro que foi lançado o desconto parcelado. Verificou-se ainda, na documentação apresentada na manifestação do auditado, que existem parcelamentos em até 96 meses, devendo o CBMCE manter rigoroso controle para que estas parcelas sejam efetivamente descontadas.

Finalmente, no que tange aos pagamentos efetuados a menor, o CBMCE confirmou as diferenças apontadas e se comprometeu a provisionar o devido ressarcimento na folha de fevereiro/2016, mas não foi detectada a solução na análise das folhas de fevereiro a abril de 2016.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.011** – Adotar rigoroso controle para garantir que as parcelas dos descontos das gratificações de ensino militar pagas a maior sejam efetivamente

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.012** – Adotar sistemática para que, doravante, não ocorram erros nos pagamentos da verba Gratificação de Ensino - Militar (código 211) devida aos bombeiros militares.

### 1.3.3 Hora-Aula Paga em Valor Maior que o Devido

45. Constataram-se casos de divergências entre o valor pago da hora-aula e o valor estabelecido no anexo da lei 15.191/2012, conforme detectado na folha de julho de 2015 e demonstrado no Quadro 7. Em que pese os casos apontados, a Corporação deve proceder a levantamento para verificar a ocorrência de casos similares em outras competências, para que se proceda ao devido ressarcimento dos valores pagos a maior identificados.

**QUADRO 7 – VALOR DA HORA AULA A MAIOR**

Matrícula	Nome	Escolaridade	R\$/hora Devida	R\$/hora Informada
1****1-0	A****o C****s M****s G****s	Graduação	R\$ 47,50	R\$ 95,00
1****1-8	C****o C****s S****a	Ensino Médio	R\$ 23,75	R\$ 47,50
1****1-7	E****n J****o R**a	Ensino Médio	R\$ 23,75	R\$ 47,50
1****1-4	E****o B****a N****s	Ensino Médio	R\$ 23,75	R\$ 47,50
1****1-6	F****o E****o M****o de S****a	Ensino Médio	R\$ 23,75	R\$ 47,50
0****1-7	F****o R****o F****a F****a	Ensino Médio	R\$ 23,75	R\$ 47,50
1****1-8	F****o R****o A**u P****a	Ensino Médio	R\$ 23,75	R\$ 47,50
1****1-X	L**z A****o V****a B****o	Ensino Médio	R\$ 23,75	R\$ 47,50
1****1-9	M**o E**r S****a de L**a	Ensino Médio	R\$ 23,75	R\$ 47,50
1****1-5	P**o J**e de O****a	Ensino Médio	R\$ 23,75	R\$ 43,50
1****1-6	E****o X****r C****m	Ensino Médio	R\$ 23,75	R\$ 47,50
0****1-3	G****e P****a da S****a	Graduação	R\$ 47,50	R\$ 95,00

#### **Manifestação do Auditado**

O auditado informou que “a metodologia aplicada na elaboração do processo de pagamento era baseada em uma fórmula utilizada em uma planilha dentro do Programa LibreOffice Calc, que apresentava uma divergência de dados. Após esta valorosa auditoria confirmou-se esta falha processual, e após as respectivas recomendações a referida planilha foi corrigida e foram observados dentro deste exercício financeiro todos os valores a serem devolvidos pelos militares, fato este já devidamente iniciado, como se vê no documento da folha de pagamento, o qual contempla, entre outros dados, a forma (quantidade de parcelas) e os valores a serem devolvidos”.

#### **Análise da CGE**

Em análise aos documentos apresentados e às folhas de pagamento de janeiro a abril de 2016, constatou-se que o auditado corrigiu os pagamentos a maior da gratificação apontados na auditoria no Quadro 7 e verificou-se o desconto parcelado dos valores devidos ao erário em parcelamentos de até 96 meses, devendo o CBMCE manter rigoroso controle para que estas parcelas sejam efetivamente descontadas.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.013** – Adotar rigoroso controle para que as parcelas dos descontos das gratificações de ensino militar pagas a maior sejam efetivamente descontadas.

### 1.3.4 Lançamentos de Gratificação em Duplicidade

46. Constatou-se que os militares relacionados no Quadro 8 apresentaram dois lançamentos de Gratificação de Ensino Militar, referentes ao mesmo período de apuração (folha de pagamento de julho de 2015), acarretando pagamento em duplicidade do benefício.

**QUADRO 8 – DOIS LANÇAMENTOS DE GRATIFICAÇÃO NO MESMO PERÍODO**

Matrícula	Nome
1****1-4	A*****e P*****o A***s
0****1-5	A*****o C***r de O*****a B*****o
1****1-9	A*****o H*****i B*****o de O*****a
0****1-4	A*****o J*****  N***s C*****e
1****1-8	A*****o R*****o P***o de C****o
1****1-0	A*****o R*****o G***s T*****a
2****1-6	C***s B***o S*****a
1****1-6	C***s H*****t M****s de M*****a
2****1-7	E*****o R*****s de B***o
1****1-0	F***o B*****a P***o
1****1-2	F*****o C***s A****o
1****1-1	F*****o C***r S****s F*****s
2****1-8	F*****o H****o J***s B***a T*****a
0****1-0	F*****o J**e S***a da S***a
0****1-7	F*****o P*****a V****a
1****1-3	F*****o U*****n B***a
1****1-3	F*****o V*****i da R***a
1****1-0	F*****n P***o F*****a
1****1-2	J*****n B*****o de S***a
2****1-8	J**e A*****e dos S****s M*****o
2****1-3	J**e D*****s Q*****s P***a
3****1-0	J**e M****n de S***a
1****1-6	J***o C***r A***s M*****s
2****1-1	R*****o P*****a de O*****a N**o
0****1-X	R*****o B***o de A*****e
2****1-0	R*****t M*****o G***s

**Manifestação do Auditado**

O auditado informou que “o método utilizado pelo CBMCE até o ponto da auditoria era o de se lançar no mês corrente, os valores decorrentes de meses anteriores, que por uma eventualidade não haviam sido lançados no mês correto. A querela desta situação residia no lançamento de despesas distintas no mesmo código da folha de pagamento”.

Acrescentou ainda que “cada situação dos BMs constantes do quadro 8 do referido relatório encontra-se devidamente explicada na planilha e anexos”.

**Análise da CGE**

Em análise aos documentos apresentados e às folhas de pagamento de janeiro a abril de 2016, constatou-se que o auditado providenciou o desconto parcelado dos pagamentos a maior da Gratificação de Ensino Militar para os bombeiros A\*\*\*\*\*e P\*\*\*\*\*o A\*\*\*s, A\*\*\*\*\*o C\*\*\*r de O\*\*\*\*\*a B\*\*\*\*\*o , A\*\*\*\*\*o R\*\*\*\*\*o G\*\*\*s T\*\*\*\*\*a, C\*\*\*s H\*\*\*\*\*t M\*\*\*\*s de M\*\*\*\*\*a, F\*\*\*\*\*o C\*\*\*r S\*\*\*\*s F\*\*\*\*\*s , F\*\*\*\*\*o H\*\*\*\*o J\*\*\*s B\*\*\*a T\*\*\*\*\*a, J\*\*\*\*\*n B\*\*\*\*\*o de S\*\*\*a, J\*\*\*o C\*\*\*r A\*\*\*s M\*\*\*\*\*s e R\*\*\*\*\*t M\*\*\*\*\*o G\*\*\*s, devendo o CBMCE manter rigoroso controle para que estas parcelas sejam efetivamente descontadas.

No que tange ao militar F\*\*\*o B\*\*\*\*\*a P\*\*\*o, apesar de o auditado haver concordado que ocorreu pagamentos a maior e que devem ser restituídos ao erário, não foi efetuado o correspondente desconto nas folhas de janeiro a abril de 2016.

Quanto aos demais casos apontados no Quadro 8, o auditado comprovou que haviam diferenças de meses anteriores a julho e que foram incluídas na folha de pagamentos como Gratificação de Ensino Militar (rubrica 2712). Nada obstante, o CBMCE deve articular-se com a SEPLAG para a criação de um código específico para o lançamento de diferenças de Gratificação de Ensino Militar.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.014** – Adotar rigoroso controle para que as parcelas dos descontos das gratificações de ensino militar pagas a maior sejam efetivamente descontadas.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.015** – Providenciar os descontos de Gratificação de Ensino Militar pagas a maior para o militar F\*\*\*o B\*\*\*\*\*a P\*\*\*o.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.016** – Articular-se com a SEPLAG para a criação de um código específico para o lançamento de diferenças de Gratificação de Ensino Militar.

### **1.3.5 Diferenças entre Horas-aula Ministradas e Pagas no CTDH**

47. Confrontou-se as horas-aula informadas pelos núcleos através dos Quadros de Trabalho Semanal - QTS, referentes aos valores pagos na folha de Julho/2015, com a informação encaminhada pelo Centro de Treinamento e Desenvolvimento Humano – CTDH para Célula de Gestão e Formação de Pessoas – CGFP.

48. Para compor a amostra utilizou-se como critério a materialidade dos pagamentos, selecionando-se as 300 maiores gratificações pagas no mês de julho de 2015, das quais selecionou-se, aleatoriamente, 100 militares para análise.

49. Constatou-se, inicialmente, que nos QTS do Maj. QOBM G\*\*\*\*\*o de F\*\*\*\*a J\*\*\*\*r, matrícula 1\*\*\*\*\*1-X, constam que ministrou treinamento nos dias 22, 25, 27 e 29/05 e 01, 03, 05, 08, 10, 12, 15, 17 e 19/06, nos horários de 16:00 a 17:50 e de 17:50 a 18:00 hs, em dois locais diferentes simultaneamente: Carlito Pamplona e Vila Betânia. Tal fato deve ser apurado e, se for o caso, o valor das horas-aula pagas em duplicidade deverão ser ressarcidos.

50. Da mesma forma, consta nos QTS do Sargento F\*\*\*\*\*o H\*\*\*\*\*o L\*\*a F\*\*\*o, matrícula 1\*\*\*\*\*1-9, que o mesmo ministrou treinamento no Núcleo de Paracuru nos dias 21, 26 e 28/05 e 02, 09, 11, 16 e 18/06, nos horários de 06:00 as 06:50 e de 06:50 a 07:40, e nesses mesmos dias, nos horários de 08:00 as 08:50 e de 08:50 a 09:40, ministrou treinamento no CTDH em Fortaleza, o que seria impossível pela distância envolvendo os dois Núcleos, o primeiro fica localizado em Paracuru e o segundo em Fortaleza, cidades distantes aproximadamente 92km. Tal fato deve ser apurado e, se for o caso, o valor das horas-aula pagas em duplicidade deverão ser ressarcidos.

51. Ademais, com base nos dados do QTS do Subtenente A\*\*\*\*r A\*\*\*\*\*e, verificou-se que esse militar ministrou 52 horas-aula embora só tenha sido informado para pagamento o total de 22 horas, devendo ser adotadas medidas para complementar o pagamento das 10 horas-aula que completariam o limite de 32 horas-aula, estabelecido na Portaria Nº178/2012 – CGFP.

#### **Manifestação do Auditado**

O auditado informou que “conforme explicado no tópico 1.3.2, conciliado com o tópico 1.3.3, surgia a possibilidade de enganos administrativos no ato de lançar os valores. Ressalta-se também, que os valores identificados acima e abaixo do devido terão seu processo de regulamentação junto ao erário público, seguindo sugestão contida no Ofício nº 07/2016 do CTDH”.

#### **Análise da CGE**

Em análise aos documentos apresentados, constatou-se que o auditado confirmou a situação dos pagamentos em duplicidade da Gratificação de Ensino Militar, conforme apontado na auditoria, entretanto, não foi localizado nenhum desconto na folha de janeiro a abril de 2016 para os militares G\*\*\*\*\*o de F\*\*\*\*a J\*\*\*\*r e F\*\*\*\*\*o H\*\*\*\*\*o L\*\*a F\*\*\*o.

Com relação ao militar A\*\*\*\*\*n A\*\*\*\*r A\*\*\*\*\*e não foi identificado o pagamento de quatro horas-aula que lhe foram pagas a menor conforme constatado na apuração efetuada pelo CTDH nas folhas de janeiro a abril de 2016.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.017** – Providenciar o desconto em folha dos valores pagos a maior da Gratificação de Ensino Militar para os militares G\*\*\*\*\*o de F\*\*\*\*a J\*\*\*\*r e F\*\*\*\*\*o H\*\*\*\*\*o L\*\*a F\*\*\*o.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.018** – Providenciar o pagamento dos valores pagos a menor, referentes à Gratificação de Ensino Militar, para o militar A\*\*\*\*\*n A\*\*\*\*\*r A\*\*\*\*\*e.

### 1.3.6 Divergências entre os Dados do CTDH e da CGFP

52. Analisando os lançamentos da folha de pagamento de julho de 2015, foram encontradas divergências entre as informações fornecidas pelo Centro de Treinamento e Desenvolvimento Humano – CTDH e as informações encaminhadas para a folha de pagamento pela Célula de Gestão e Formação de Pessoas – CGFP, tendo sido detectadas horas-aula pagas a maior; horas-aula pagas a menor; e pagamento de horas-aula que não constavam nas informações encaminhadas pelo CTDH, conforme disposto no **Anexo I**.

#### **Manifestação do Auditado**

O auditado informou que “a metodologia do processamento das planilhas da grade de horas-aula do CBMCE possuía um certo desencontro temporal sobre o aspecto da contagem de dias do término do controle mensal até o dia de encerramento do preenchimento do sistema da folha de pagamento. Este detalhe exigia uma celeridade para que não se perdesse o prazo final, e como tal fato implica operacionalmente digitar a relação dos militares várias vezes, com isso acarretava a possibilidade de uma dessatenção organizacional e portanto surgiram alguns equívocos de digitação. Na intenção de minimizar estes riscos, a Gestão do CBMCE publicou a Portaria nº 03/2016-Gab. CMDO., no Boletim do Comando Geral nº 010, de 15 de janeiro de 2016”.

Acrescentou ainda que cada situação dos militares constantes do Anexo I do relatório de auditoria foi analisada e devidamente explicada na documentação anexa à manifestação do auditado.

#### **Análise da CGE**

Em análise aos documentos apresentados, constatou-se que o auditado confirmou o pagamento a 50 militares em desacordo com as informações enviadas pelo CTDH e providenciou o desconto em folha dos valores pagos a maior. No entanto, esta auditoria detectou três desconformidades nos descontos realizados: relativamente ao militar F\*\*\*\*\*o M\*\*a M\*\*\*e, foram pagos R\$760,00 a maior e foi descontado somente o valor de R\$7,22; quanto ao militar C\*\*\*\*s A\*\*\*\*\*o M\*\*\*\*s de A\*\*\*\*r, foram pagos R\$95,00 a maior e foi descontado somente o valor de R\$85,50; e acerca do militar R\*\*\*\*\*o C\*\*\*\*\*o C\*\*\*a, foram pagos R\$95,00 e não foi verificado qualquer desconto.

Constatou-se, ainda, 72 casos em que foram pagas horas a menor, sendo 40 em decorrência da limitação de 40 horas mensais regulamentares e 32 tiveram informações enviadas através de mapa complementar, tendo sido pagas no mês seguinte ao analisado.

Detectou-se, ainda, que 23 casos que haviam sido apontados foram pagos corretamente, tendo havido desconformidade apenas na digitação da matrícula do servidor na planilha enviada a esta auditoria.

Por fim, o auditado confirmou que pagou valor a menor a dois servidores, devendo esses valores serem pagos aos militares em meses posteriores.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.019** – Providenciar os descontos dos valores pagos a maior, a título de Gratificação de Ensino Militar.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.020** – Adotar rigoroso controle para evitar erros no pagamento da Gratificação de Ensino Militar.

### 1.3.7 Pagamentos de Períodos Distintos no Mês Corrente

53. Em análise aos lançamentos da folha de pagamento da competência julho/2015, constatou-se o pagamento da Gratificação de Ensino Militar referente a períodos anteriores ao mês em análise, conforme apresentado no Quadro 9. A auditoria entende que pagamentos referentes a períodos fora do mês de competência da folha deveriam ser pagos como Diferença de Gratificação de Ensino Militar.

**QUADRO 9 – PAGAMENTOS DE PERÍODOS ANTERIORES NO MÊS CORRENTE**

MATRICULA	P/G	NOME	ESCOLARIDADE	PERIODO
1****-1-3	1º SGT	J**o B*****a de C****o A***u	Ensino Médio	21/03 A 20/04/2014
2****-1-3	SD	A*****s B*****o de L**a	Ensino Médio	21/10 A 20/11/2014
1****-1-8	1º SGT	J**o G*****n A****o	Ensino Médio	21/01 A 20/02/2015
0****-1-5	1º SGT	A****o C***r de O*****a B*****o	Ensino Médio	21/02 A 20/03/2015
0****-1-4	MAJ	A****o J*****I N****s C*****e	Especialização	21/02 A 20/03/2015
1****-1-0	1º SGT	F**o B*****a P***o	Ensino Médio	21/02 A 20/03/2015
2****-1-8	SD	J**e A*****e dos S***** M*****o	Ensino Médio	21/02 A 20/03/2015
2****-1-5	SD	S****a S****a de A*****e	Especialização	21/02 A 20/03/2015
3****-1-0	1º SGT	J**e M*****n de S****a	Ensino Médio	21/02 A 20/03/2015
1****-1-6	ST	C*****s H*****t M*****s de M*****a	Graduação	21/02 A 21/03/2015
0****-1-7	1º SGT	F*****o P*****a V*****a	Ensino Médio	21/03 A 20/04/2015
0****-1-0	1º SGT	F*****o J**e S****a da S****a	Graduação	21/03 A 20/04/2015
1****-1-0	1º SGT	F*****n P***o F*****a	Especialização	21/03 A 20/04/2015
1****-1-3	1º SGT	F*****o U*****n B***a	Ensino Médio	21/03 A 20/04/2015
1****-1-3	1º SGT	F*****o V*****i da R***a	Graduação	21/03 A 20/04/2015
1****-1-2	ST	F*****o C***** A****o	Graduação	21/03 A 20/04/2015
1****-1-9	CB	A****o H*****i B*****o de O*****a	Graduação	21/03 A 20/04/2015
2****-1-6	SD	C*****s B***o S*****a	Graduação	21/03 A 20/04/2015
2****-1-7	SD	E*****o R*****s de B***o	Especialização	21/03 A 20/04/2015
2****-1-8	SD	F*****o H*****o J***s B***a T*****a	Especialização	21/03 A 20/04/2015
2****-1-1	SD	R*****o P*****a de O*****a N**o	Graduação	21/03 A 20/04/2015
0****-1-X	ST	R*****o B***o de A*****e	Graduação	21/03 A 20/04/2015
0****-1-0	ST	M***o M*****s de S****a	Graduação	21/04 A 20/05/2015
1****-1-6	1º SGT	J***o C***r A****s M*****s	Ensino Médio	21/04 A 20/05/2015
1****-1-4	ST	P***o A*****s G***** C*****o	Especialização	21/04 A 20/05/2015
1****-1-8	1º SGT	A****o R*****o P***o de C****o	Ensino Médio	21/04 A 20/05/2015
1****-1-0	1º SGT	A****o R*****o G***** T*****a	Ensino Médio	21/04 A 20/05/2015
1****-1-1	1º SGT	F*****o C***r S*****s F*****s	Especialização	21/04 A 20/05/2015
1****-1-8	CB	J**e C*****s M**a V*****a	Ensino Médio	21/04 A 20/05/2015
2****-1-3	SD	J**e D*****s Q*****s P***a	Especialização	21/04 A 20/05/2015
3****-1-4	1º SGT	J**e H*****o C*****e de S****a	Ensino Médio	21/04 A 20/05/2015

**Manifestação do Auditado**

O auditado informou que “após análise do quadro 9, observaram-se que esta valorosa identificação administrativa, feita através deste relatório, serviu como parâmetro para nos dirigir aos responsáveis pela folha de pagamento do Estado solicitando a criação de um código específico para alocarmos os valores devidos aos bombeiros militares, devidamente confirmados pelo CTDH, por terem dado aula em meses anteriores ao do pagamento, mas por um motivo circunstancial não puderam ser lançados no tempo correto, como foi o caso dos servidores citados no Quadro 9 – Pagamentos Anteriores no Mês Corrente”.

**Análise da CGE**

Nada obstante a informação do auditado de que estava se articulando junto aos responsáveis pela folha de pagamento do Estado para a criação de um código específico para lançamento de

diferenças da Gratificação de Ensino Militar, não identificamos, em análise ao sistema de folha de pagamento, a criação desse código. Desta forma o CBMCE deve intensificar articulações com a SEPLAG para criação de código específico para lançamento de diferenças de Gratificação de Ensino Militar, de forma a evitar o seu lançamento junto com os pagamentos das horas-aula do mês corrente.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.021** – Ultime as articulações com a SEPLAG para a criação de código específico para lançamento de diferenças de Gratificação de Ensino Militar.

### **1.3.8 Gratificação Paga a Militar Aposentado**

54. Constatou-se que o militar F\*\*\*\*\*o R\*\*\*\*\*s P\*\*\*\*\*o, matrícula 0\*\*\*\*\*1-1, recebeu até novembro de 2013 a Gratificação de Ensino Militar. Entretanto, analisando os seus registros no Sistema FOLHA-PROD, consta seu afastamento para aposentadoria desde 02/07/2012, não se justificando o pagamento dessa gratificação quando o mesmo já estava afastado.

#### **Manifestação do Auditado**

O auditado informou que analisando o texto da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, que orienta o processo de pagamento das horas-aula no Sistema Estadual de Segurança Pública e que define também a existência de aspectos legais dos projetos sociais do CBMCE, “*observa-se que em seu texto não há limitação quanto a situação do servidor, ativo ou da reserva, para o exercício das atividades de ensino, decorrente disto ocorreu a nomeação do bombeiro militar ora citado, como se observa na Portaria de Nomeação de Instrutores do Comando Geral*”.

Acrescentou ainda que “*entretanto, devido a uma orientação dos responsáveis pela folha de pagamento do Estado, a gratificação de ensino já foi retirada dos vencimentos, pois conforme os mesmos ela era indevida*”.

#### **Análise da CGE**

Nada obstante as explicações do auditado esta auditoria ratifica o entendimento da SEPLAG de que é indevido o pagamento de Gratificação de Ensino Militar para militar da reserva.

Esta auditoria confirmou que desde novembro de 2015 foi susgado o pagamento para o militar F\*\*\*\*\*o R\*\*\*\*\*s P\*\*\*\*\*o.

Outrossim, tendo em vista a análise amostral realizada por esta auditoria, deve o CBMCE proceder a levantamento para certificar-se da não ocorrência de casos similares de pagamento da referida gratificação a outros militares da reserva, susgando também o seu pagamento.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.022** – Efetuar levantamento para certificar-se da não ocorrência de outros casos de pagamento da Gratificação de Ensino Militar a militares que estejam na reserva e, caso sejam detectados, sustar o seu pagamento.

**Recomendação nº 101041.01.99.05.143.1015.023** – Abster-se de pagar Gratificação de Ensino Militar para militares da reserva.

### III – CONCLUSÃO

55. Conforme o escopo e os aspectos abrangidos pelos trabalhos de auditoria, foram verificadas constatações referentes aos itens a seguir relacionados, consignadas neste relatório, que deverão ser objeto de adoção de providências para atendimento às respectivas recomendações por parte do **Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará - CBMCE**.

- 1.1. Valores de Pensões Alimentícias Pagas em Desconformidade com a Sentença Judicial;
- 1.2.2 Diferença de Pensão Autorizada Verbalmente Pelo Militar;
- 1.2.3 Diferenças de Pensão Referente a Horas-Aula;
- 1.2.4 Diferença de Pensão por Reclamação da Pensionista;
- 1.2.5 Sentenças de Pensão Não Localizadas;
- 1.2.6 Pensões Pagas com Base em Documentos Distintos de Sentença Judicial;
- 1.2.7 Documentação Apresentada com Problemas Formais;
- 1.3.2 Divergências entre os Dados da CGFP e o Sistema FOLHA-PROD;
- 1.3.3 Valor da Hora-Aula Pago a Maior;
- 1.3.4 Dois Lançamentos de Gratificação no mesmo Período;
- 1.3.5 Diferenças entre Aulas Dadas e Pagas no CTDH;
- 1.3.6 Divergências entre os Dados do CTDH e da CGFP;
- 1.3.7 Pagamentos de Períodos Distintos no Mês Corrente;
- 1.3.8 Gratificação Paga a Militar Aposentado.

56. Assim, este Relatório de Auditoria Especial deve ser submetido à consideração superior da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, sugerindo que o documento seja encaminhado à gestão do **Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará - CBMCE**, para conhecimento e adoção das providências necessárias à implementação das recomendações nele emitidas.

57. Tendo em vista o disposto no §3º do art. 190-A da Constituição Estadual de 1989, o responsável pelo Controle Interno deverá dar ciência das irregularidades ou ilegalidades constatadas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), sob pena de responsabilidade solidária, ciência essa que poderá se dar por meio do encaminhamento de cópia do presente Relatório de Auditoria.

58. Ademais, considerando que o CBM-CE corresponde a órgão vinculado à Secretaria de da Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS, sugere-se envio de uma cópia do presente relatório a esse órgão vinculante.

Fortaleza, 25 de maio de 2016.

**Carlos Eduardo Guimarães Lopes**  
Auditor de Controle Interno  
Matrícula – 1617211-1

**Kassyo Modesto da Silva**  
Auditor de Controle Interno  
Matrícula – 3000181-8

Revisado e aprovado em 29/06/2016 por:

**George Dantas Nunes**  
Coordenador de Auditoria Interna  
Matrícula – 161727.1-5

### Anexo I - Divergências entre os Dados do CTDH e os da CGFP

MATRICULA	NOME	PERIODO	Horas-aula CGFP	Horas-Aula CTDH
1****-1-X	R****o C****r C****a S****es	21/05 A 20/06/2015	32	30
1****-1-2	L**s C****s da S****a J****r	21/05 A 20/06/2015	32	30
0****-1-6	M****s C****r M**a A****o	21/05 A 20/06/2015	32	0
0****-1-X	N****n J****e M****s de L**a	21/05 A 20/06/2015	32	30
1****-1-3	F****o I**n O****a B****s	21/05 A 20/06/2015	32	0
0****-1-X	W****s A****u da C**z	21/05 A 20/06/2015	32	28
0****-1-9	A****n A****r A****e	21/05 A 20/06/2015	32	22
0****-1-4	I****o R****s da C****a	21/05 A 20/06/2015	32	22
0****-1-8	J****m R****s de S****a	21/05 A 20/06/2015	32	0
0****-1-7	J**o B****a A****s d*s S****s	21/05 A 20/06/2015	32	30
1****-1-1	F****o I**c R****s de A****a	21/05 A 20/06/2015	32	24
1****-1-0	F****o H****o M****a de O****a	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-0	A****o C****s A****s	21/05 A 20/06/2015	32	30
1****-1-5	R****o M****s L****s	21/05 A 20/06/2015	32	22
1****-1-2	F****o J**e U****a B**z	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-1	J****n P****a F****o	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-5	M****s A****o do N****o A****a	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-7	F****o I****o Q****z L*z	21/05 A 20/06/2015	32	22
0****-1-X	A****e G****l R****a	21/05 A 20/06/2015	32	14
0****-1-X	J****u L**a B****s	21/05 A 20/06/2015	32	30
0****-1-7	R****o N****o C****l de S****a	21/05 A 20/06/2015	32	30
0****-1-5	H****o R****o G****l J****r	21/05 A 20/06/2015	32	0
0****-1-8	A****o A****a F****o	21/05 A 20/06/2015	32	0
0****-1-9	J**e N****r G****s da S****a	21/05 A 20/06/2015	32	0
0****-1-4	A****o C****s M****o D*s S****s	21/05 A 20/06/2015	32	22
0****-1-7	C****o C****s M**a	21/05 A 20/06/2015	32	0
0****-1-8	E****s Q****o G****s	21/05 A 20/06/2015	32	22
0****-1-1	J**e S****a M****s	21/05 A 20/06/2015	32	30
1****-1-0	L**s G****a C****o B****o de L**a	21/05 A 20/06/2015	32	30
1****-1-3	G****n M****a de A****a	21/05 A 20/06/2015	32	24
1****-1-5	F****o C****o B****a	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-1	L****r C****r F****s	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-6	A****o E**o A**s C****o	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-3	E**r J**e de O****a	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-9	R****o J**e B****a A****s	21/05 A 20/06/2015	32	16
1****-1-0	F****o R****o G****a	21/05 A 20/06/2015	32	22
1****-1-7	R****o N****o A****e M****s	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-1	J**o B**e F****a	21/05 A 20/06/2015	32	30
1****-1-0	F****o d*s C****s F****a	21/05 A 20/06/2015	32	22
1****-1-0	A****o A****o Da S****a	21/05 A 20/06/2015	32	20
1****-1-3	F****s Da S****a S****o	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-8	F****o J**e D****s de L**a	21/05 A 20/06/2015	32	16
1****-1-8	J**e R****o de O****a C****s	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-2	J**e E****o F****s de L**a	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-9	R****o C****s C****o V****s	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-7	F****o E****o L****s	21/05 A 20/06/2015	32	16
1****-1-2	F****o C****o de S****a	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-0	P****o C****r F****a S****s	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-4	L****o F****a S****s	21/05 A 20/06/2015	32	16
1****-1-7	A****o G****n L****o da S****a	21/05 A 20/06/2015	32	16
1****-1-2	S****o A****o A****a N**o	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-2	L****o A**s R****s	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-X	M****o de O****a G**s	21/05 A 20/06/2015	32	22
1****-1-1	P****o H****r A****s de A****a	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-9	P****o H****e A****s D****e	21/05 A 20/06/2015	32	0

1****-1-3	P****o I****o de A****o	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-0	J****m J**e P*****a do V**e	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-2	F*****o E*****n V****a De L**a	21/05 A 20/06/2015	32	18
1****-1-9	A*****o M*****o de P**a E*****o	21/05 A 20/06/2015	26	16
1****-1-5	A*****o A***s da C**a F****o	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-8	J**e R*****o B*****s	21/05 A 20/06/2015	32	22
1****-1-1	H*****o A****o G*****s de L**a	21/05 A 20/06/2015	32	30
1****-1-8	S*****l B*****o do N*****o	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-8	C*****s A*****o M*****s de A****r	21/05 A 20/06/2015	32	28
1****-1-7	H*****e C*****e A****m M*****a	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-8	R*****o P****o S****o	21/05 A 20/06/2015	32	16
1****-1-4	N***n C****o S***a	21/05 A 20/06/2015	32	0
1****-1-7	M*****o de S***a	21/05 A 20/06/2015	32	0
2****-1-4	F*****o F****o V****a B**z	21/05 A 20/06/2015	32	30
1****-1-3	F*****o E*****n F*****s A*****e	21/05 A 20/06/2015	32	0
2****-1-8	J**o P****o C*****a B****o	21/05 A 20/06/2015	32	0
2****-1-7	C****o de S***a J****r	21/05 A 20/06/2015	32	22
2****-1-8	S****o R*****o B*****a C**a	21/05 A 20/06/2015	32	0
2****-1-5	D****l D***o R*****o N*****o	21/05 A 20/06/2015	32	22
2****-1-7	D***d B*****a F*****s	21/05 A 20/06/2015	32	24
2****-1-1	E*****o A*****a B*****a	21/05 A 20/06/2015	32	0
2****-1-3	A*****o M*****o P*****a F****o	21/05 A 20/06/2015	32	0
2****-1-0	J**e D***o da S***a	21/05 A 20/06/2015	32	0
2****-1-2	J**e V****r F****e M*****a	21/05 A 20/06/2015	32	0
3****-1-6	R*****o C*****o C**a	21/05 A 20/06/2015	32	30
3****-1-8	V*****r G****a da S***a	21/05 A 20/06/2015	32	24
3****-1-7	J**e M***a A***s A****o	21/05 A 20/06/2015	32	16
1****-1-0	L*****o A*****o de L****a C**a	21/05 A 20/06/2015	20	32
0****-1-2	A*****o L***s R*****s	21/05 A 20/06/2015	16	32
0****-1-X	C*****n B*****s B*****a	21/05 A 20/06/2015	24	32
0****-1-8	J*****n F*****a B*****a	21/05 A 20/06/2015	20	30
1****-1-2	H*****o R*****s D**s	21/05 A 20/06/2015	20	32
1****-1-X	R*****o R*****s C*****o de S**a	21/05 A 20/06/2015	28	32
1****-1-8	I***o M***n de H*****a V****a	21/05 A 20/06/2015	20	32
1****-1-6	J**e I*****g N***e de S**a	21/05 A 20/06/2015	20	32
1****-1-0	B*****n R***s A*****e J****r	21/05 A 20/06/2015	20	32
0****-1-0	F*****o W****r L***s R*****s	21/05 A 20/06/2015	16	32
1****-1-4	F*****o R****d S***a de F*****s	21/05 A 20/06/2015	16	32
1****-1-9	H*****e C***r M*****o C*****o	21/05 A 20/06/2015	2	32
1****-1-5	H*****e do N*****o P*****a	21/05 A 20/06/2015	16	32
1****-1-1	P****o G****e G**o da S***a	21/05 A 20/06/2015	5	32
1****-1-0	M*****s D*****s P*****o D*****s	21/05 A 20/06/2015	24	32
1****-1-5	J**l de A***u N***e	21/05 A 20/06/2015	10	32
1****-1-0	J**e E**r P****o de S***a	21/05 A 20/06/2015	8	32
1****-1-3	C*****o de A*****a S**es	21/05 A 20/06/2015	24	32
1****-1-7	R****l P*****o G*****s C*****e	21/05 A 20/06/2015	2	32
1****-1-1	R*****o H**o M*****s	21/05 A 20/06/2015	24	32
1****-1-0	D****l X*****s C*****e	21/05 A 20/06/2015	10	32
1****-1-3	A*****o S***a F*****s	21/05 A 20/06/2015	24	32
0****-1-X	F*****o E****o N*****a da S***a	21/05 A 20/06/2015	24	32
1****-1-3	A***e L**z N*****o de S***a	21/05 A 20/06/2015	24	32
1****-1-7	F*****o C*****n R*****s F*****s	21/05 A 20/06/2015	24	32
0****-1-6	J**e M***i da S***a S*****a	21/05 A 20/06/2015	22	32
1****-1-5	D*****n G****a S*****s	21/05 A 20/06/2015	16	32
1****-1-2	E***n R*****o S*****s G***s	21/05 A 20/06/2015	16	32
1****-1-9	G*****o B*****a da S***a F****o	21/05 A 20/06/2015	22	32
1****-1-3	D****l d*s S*****s B*****a	21/05 A 20/06/2015	12	32
1****-1-0	F****o B*****a P****o	21/05 A 20/06/2015	13	32

1****-1-3	C*****e R*****o de S***a	21/05 A 20/06/2015	30	32
1****-1-7	R*****o X*****s de A****o	21/05 A 20/06/2015	25	32
1****-1-5	F*****o C****o A****o P***a	21/05 A 20/06/2015	22	32
1****-1-4	J**e L*****o A***s da S***a	21/05 A 20/06/2015	30	32
2****-1-6	F*****o S*****o L***s	21/05 A 20/06/2015	24	32
2****-1-5	A*****o V****r C*****o K*****n	21/05 A 20/06/2015	24	26
2****-1-8	R****l C***a M*****a	21/05 A 20/06/2015	8	16
2****-1-1	G*****o F*****o C***a L**a	21/05 A 20/06/2015	24	32
2****-1-4	D***o E*****l B*****a A****o	21/05 A 20/06/2015	24	32
2****-1-4	W****e P*****a L**a	21/05 A 20/06/2015	24	32
2****-1-4	R****l F*****o R*****s	21/05 A 20/06/2015	22	32
1****-1-4	M****l d*s S***** C***a	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
1****-1-1	J**e A*****e de S***a Jr	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
0****-1-2	M*****s R***a do N*****o	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
0****-1-7	A*****o L**z da C***a S***a	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
0****-1-1	A*****o J**e A*****o B*****a	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
1****-1-5	B***o M*****s M***s	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
0****-1-1	F*****o R*****o F*****a F*****a	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
1****-1-6	V*****r P*****a de L**a	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
1****-1-5	M****o L**a P*****a	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
1****1-X	C*****n J**e R*****s	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
1****-1-8	J**e C*****n de C*****o R**s	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
1****-1-5	C*****o M****o M***a de S***a	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
1****-1-3	R*****o N***s do N*****o J****r	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
1****-1-0	A*****o S***o M***s da F*****a	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
1****1-X	J**e P***o de S***a	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
1****1-X	F*****o M**a M***e	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
1****-1-6	J**o B*****a P*****a	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
1****-1-1	F*****o V***o F*****a de V*****s	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
1****-1-4	D*****m B*****t M**o	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
1****-1-1	E*****n da S***a A***s J****r	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
2****-1-5	E*****o P***a G***s	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
2****-1-4	G*****e C*****o F*****e	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado
3****-1-0	C*****o R*****s P*****a	21/05 A 20/06/2015	32	Não Encontrado